



Advogados contam com tempos calmos na área financeira

OPA SOBRE A CIMPOR foi um caso isolado num ano que ainda será de pouca agitação nos mercados.

Susana Represas
 susana.represas@economicopt



André Luís Gomes
 Cuatrecasas,
 Gonçalves Pereira

“Já há operações em curso, mas estamos num período em que as negociações são sempre muito mais demoradas, muito mais complexas.”

Ainda no rescaldo de uma das maiores crises das últimas décadas, a economia vai dando alguns sinais de recuperação, mas ainda é cedo para que as empresas retomem em força os negócios de maior envergadura. No entanto, dizem os especialistas, as perspectivas são mais optimistas do que há um ano e o anúncio de algumas obras públicas, projectos na área da energia, tecnologia e telecomunicações podem dar algum entusiasmo aos investidores. Menos bom é a redução do investimento público a suspensão de outras tantas obras públicas e a necessidade de contenção para equilibrar as contas públicas.

Francisco Xavier Almeida, da Rui Pena, Arnaut e Associados (RPA), diz sem rodeios que “não haverá grandes operações e será um ano difícil”. O advogado explica que a redução de projectos de fusões e aquisições (F&A) “sentida não só em Portugal, como em vários países da Europa e do mundo”, assim como a falta de liquidez nos mercados, “levou os bancos a serem hoje muito mais selectivos em relação às operações que decidem apoiar”. Por outro lado, os indicadores mostram que “o dinheiro está mais caro e isso pode agravar-se ainda mais”, sublinha o sócio da RPA. Inês Pinto da Costa, da PLMJ, introduz outro dado: “apesar de haver já maior liquidez e maior abertura para certas operações, os bancos têm maior aversão ao risco”, exigindo agora um cálculo muito mais rigoroso desses riscos. Segundo a advogada especialista em ‘project finance’, para fazer face a esta crise, “muitos escritórios acabaram por ir com os clientes para países de leste e com o apoio de escritórios locais iniciar novos investimentos.”

OPA sobre a Cimpor foi um caso isolado

Há poucos meses houve alguma agitação dos mercados provocada pelo anúncio do lançamento de uma OPA sobre a Cimpor. Apesar desta operação, já na altura, os advogados ouvidos pelo Diário Económico garantiam que se tratava de um caso isolado e apesar de não negarem que trouxe alguma esperança, não era ainda o momento de viragem. Agora, findo o primeiro trimestre do ano, confirmam-se essas perspectivas. Para o advogado João Espanha o interesse pela compra da maior cimenteira nacional “foi um caso isolado”, e este “não será um

ano de grandes operações”. No entanto, o sócio da Espanha e Associados diz estar “mais optimista”, do que “no início do ano”. Já André Luís Gomes, sócio da Cuatrecasas Gonçalves Pereira, que também não crê que este seja um ano de relançamento de mercado de F&A, revela que “já há operações em curso”, mas acrescenta que “estamos num período em que as negociações são sempre muito mais demoradas, muito mais complexas”, sobretudo porque há maior dificuldade em financiar as operações. Em termos mais globais, o sócio da Cuatrecasas disse, em entrevista ao Diário Económico, que “2010 ainda vai ser um ano muito exigente para todos os agentes económicos, e não um ano daqueles de euforia da área de F&A, gostaria muito que fosse o contrário, mas não tenho essa visão optimista do mercado.”

No meio destas dificuldades, os advogados lembram que muitas empresas sentiram necessidade de fazer reestruturações internas, e dessa forma deram algum trabalho aos escritórios. Francisco Xavier Almeida sublinha que “essas movimentações geraram um volume de trabalho fora do normal”, sobretudo para os advogados que estiveram ao lado de empresas que aproveitaram a crise para fazer mudanças estruturais.

Resta saber se com a anunciada saída da recessão, e o fim das limitações de acesso ao crédito, regressa a confiança dos investidores. ■

O lançamento da OPA sobre a Cimpor agitou os mercados, mas já na altura os advogados diziam que se tratava de um caso isolado, o que acabou por se confirmar.



Francisco Xavier de Almeida
 Rui Pena, Arnaut & Associados (RPA)

“Não haverá grandes operações e será um ano difícil”. A redução de M&A e a falta de liquidez nos mercados, “levou os bancos a serem hoje muito mais selectivos.”

Como entram os advogados nas F&A?

Os advogados podem fazer a diferença na decisão de avançar para um negócio. Seja uma fusão entre empresas, a reestruturação ou uma operação financeira bancária, como a emissão de dívida ou a renegociação de créditos, as implicações jurídicas são tão complexas como cruciais. Quando os departamentos de ‘project finance’ são chamados a apoiar uma empresa ou o próprio Estado numa determinada operação, é fundamental que trabalhem como uma equipa, garantem

os advogados. Isto porque, é preciso analisar as implicações financeiras, mas também o enquadramento jurídico. Na maior parte dos casos estão em causa várias áreas de direito. Por exemplo em projectos de infra-estruturas públicas como PPP’s ou grandes obras públicas é preciso o apoio de especialistas em direito público, no caso de operações levadas a cabo pela banca ou outras entidades de crédito o direito bancário e financeiro são cruciais.

Na hora de apoiar os clientes, os advogados devem estar preparados para apresentar várias soluções, aconselhando qual a melhor estratégia e aquela que terá menos impacto. Um papel que vai para além da assessoria jurídica e que faz dos advogados uma parte integrante da equipa envolvida no negócio. Nesta perspectiva, os clientes internacionais são ainda mais exigentes, pois confiam nos seus juristas para os ajudar a escolher o melhor investimento. **S.R.**



Em ‘Up in the air’, George Clooney é um advogado especializado em despedir pessoas. Essa é uma das funções que passam pelas mãos dos escritórios de advogados na altura de reestruturar.



SAP/REUTERS/SHUTTERSTOCK

Crise obriga escritórios a reduzir preços

Empresas querem serviços jurídicos mais baratos.

Com ou sem crise, trabalho é algo que pouco tem faltado aos advogados, pois tão depressa são chamados para ajudar a fechar um grande negócio como para apoiar uma empresa durante um processo de reestruturação ou despedimento colectivo. O facto de ter um papel importante em cenários tão diferentes, faz da advocacia uma profissão com maior facilidade em ultrapassar momentos de crise. No entanto, apesar desta versatilidade nem mesmo os advogados escaparam incólumes a este período de dificuldades na economia. Os clientes repensaram custos e os advogados foram obrigados a reduzir honorários.

Nem todos o admitem, mas muitos reconhecem que a fásquia estava elevada e houve necessidade em reajustar preços. André Luís Gomes, da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, sublinha que “todas as empresas repensaram com certeza na eficiência na vertente dos custos, e obviamente que somos sensíveis”. Os gastos com serviços jurídicos são normalmente uma das maiores fatias dos custos fixos de uma empresa, e além dos departamentos internos, a esmagado-

“Os clientes reconhecem que os escritórios intermédios têm capacidade e praticam preços mais competitivos” pela assessoria jurídica.

ra maioria das grandes empresas, públicas e privadas, recorrem à assessoria externa, dentro do vasto leque de firmas que operam em Portugal. Para fazer face à necessidade de contenção das empresas, os escritórios de maior dimensão preferem apostar em outras mais valias, como por exemplo, a relação duradoura que mantém com aqueles para quem trabalham, “como nos baseamos numa relação de longo prazo com os clientes, não temos perdido nada de significativo”, garantiu André Luís Gomes, em entrevista ao Diário Económico. Já João Espanha, sócio de um escritório mais pequeno, relata que cada vez mais “os clientes reconhecem que os escritórios intermédios têm capacidade e praticam preços mais competitivos, e a verdade é que já não estão dispostos a pagar tanto” pela assessoria jurídica. O fiscalista diz mesmo que “hoje as empresas exigem um advogado com quem trabalhem do princípio ao fim” de uma operação, e conta que esse é um segredo que permite fidelizar clientes. Mas os grandes escritórios prometem multidisciplinaridade, permitindo a um cliente tratar de um mesmo assunto que envolva várias áreas do direito, com a mesma equipa de advogados. Por essa razão, Inês Pinto da Costa, da PLMJ considera que uma eventual descida de honorários não terá afectado os escritórios. No entanto, reconhece que nos últimos tempos “houve maior preocupação com os custos”.

Além desta novidade em matéria de preços cobrados, este período turbulento trouxe outras mudanças no sector. Vários advogados garantem que a crise foi também uma oportunidade para os escritórios repensarem métodos e estratégias internas, tornando-se mais inovadores e mais preparados para responder a clientes mais exigentes. ■ S.R.



João Espanha
Espanha e Associados

O fiscalista diz que “hoje as empresas exigem um advogado com quem trabalhem do princípio ao fim” de uma operação, um segredo que permite fidelizar clientes.



Inês Pinto da Costa
PLMJ

Apesar de considerar que a descida de honorários não afectou os escritórios, a advogada diz que nos últimos tempos “houve maior preocupação com os custos.”